



1                   **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**  
2                   **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 17 DE MARÇO**  
3                   **DE 2014.**

4    Às quatorze horas e quinze minutos do dia dezessete de março de 2014, em última convocação,  
5    no auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se  
6    representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença  
7    de conselheiros titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro de presença,  
8    para tratar dos seguintes assuntos: **1- Visita do Secretário da SMDS – Sr. Adilson Pires; 2-**  
9    **Leitura e aprovação da ata da assembleia de fevereiro de 2014; 3- GT de Implementação e**  
10   **Monitoramento do PMPI; 4- Deliberação de desistência de conveniamento das entidades**  
11   **CORBI e Novo Rumo Obras Sociais - Edital 2012; 5- Deliberação de alteração do Plano de**  
12   **Aplicação 2014; 6- Deliberação Prestação de Contas – Convênios FMDCA; 7- Participação**  
13   **de crianças e adolescentes nos espaços de discussão dos direitos (Resolução nº**  
14   **159/2013, do CONANDA); 8- Deliberação de registro e entrega de Certificados; 9-**  
15   **Apresentação de 02 vídeos Trabalho Infantil Prefeitura do Recife e Exploração Sexual –**  
16   **Polícia Rodoviária Federal; 10- Informes Gerais (Escolha do local da assembleia de abril).** A  
17    mesa diretora foi composta pelos conselheiros: Jose Pinto Monteiro, Danilo Groff Filho, Selma  
18    Ribeiro Martins Peres e Alessandra Celita Couto Fogaça, que foi substituída com a chegada da  
19    conselheira Merina Camargo. O presidente Jose Pinto Monteiro registrou a presença da Sr<sup>a</sup>  
20    Teresa Freitas da Silva Frade, Comissária de Justiça, que representou a Juíza Ivone Caetano, da  
21    Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, da Sr<sup>a</sup> Paula Braga e do Sr<sup>o</sup> Ernesto Braga, da  
22    Coordenadoria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do  
23    Subsecretário de Gestão, Sr<sup>o</sup> Helio Aleixo. O presidente Jose Pinto Monteiro informou sobre a  
24    cerimônia na Câmara Municipal para homenagear a conselheira tutelar Doracy Anacleto Eich,  
25    nesta data, às 18:00. O presidente Jose Pinto Monteiro convidou o representante do Conselho  
26    Tutelar e o representante do Fórum DCA para assento na Mesa Diretora. A conselheira tutelar  
27    Doracy Anacleto Eich agradeceu o espaço cedido pelo CMDCA e indicou a conselheira Marli, do  
28    CT Zona Sul, para assento na mesa. Feita inversão de pauta para tratar do item **2- Leitura e**  
29    **aprovação da ata da assembleia de fevereiro de 2014** - A conselheira Alessandra Celita Couto  
30    Fogaça fez a leitura da ata da assembleia de 10 de fevereiro, que foi aprovada por unanimidade.  
31    **1- Visita do Secretário da SMDS – Sr. Adilson Pires** - O presidente Jose Pinto Monteiro  
32    agradeceu a presença do Sr<sup>o</sup> Adilson Pires, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social -  
33    SMDS, por comparecer à assembleia, conforme solicitação da plenária de fevereiro. O Sr<sup>o</sup> Adilson  
34    Pires informou que esteve reunido, na semana anterior, com o presidente do CMDCA, para tratar,  
35    dentre outras questões, do Edital 2013 e reafirmou sua disposição para o diálogo com o CMDCA  
36    e com os presentes na plenária. Esclareceu que o papel de ordenador de despesas do Fundo  
37    Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA imputava-lhe  
38    responsabilidades pela devida aplicação dos recursos públicos. Por isso o cuidado na autorização  
39    do Edital 2013, obedecendo aos trâmites burocráticos e atento às exigências da Procuradoria do  
40    Município, no entanto, destacou a necessidade de celeridade no andamento do processo do  
41    Edital. Destacou que o município havia aumentado sua arrecadação e estava num momento de  
42    investimentos na área de infraestrutura e defendeu que era a oportunidade para que estes  
43    investimentos contemplassem também a área social. Defendeu ações de fomento à captação de  
44    recursos para o FMADCA e refletiu que a morosidade na liberação dos recursos desmotivava o  
45    investimento dos empresários no Fundo do Rio. O Sr<sup>o</sup> Adilson Pires informou que apoiaria a  
46    criação do grupo de trabalho, sugerido pelo CMDCA, para discutir a sistematização dos processos  
47    de gestão do FMADCA (Câmara Municipal, Secretaria de Fazenda, Tribunal de Contas,  
48    Procuradoria, entre outros) para alinhar as ações que facilitassem a liberação dos recursos. O  
49    presidente Jose Pinto Monteiro destacou que o CMDCA já havia começado a articular com os



50 principais órgãos de governo na intenção de garantir a melhor estrutura e fluxo para gerir os  
51 recursos do FMADCA e defendeu que a prioridade conferida à criança e ao adolescente era um  
52 compromisso de governo. A Sr<sup>a</sup> Doracy Anacleta Eich, do CT Coelho Neto, questionou sobre  
53 investimento financeiro do poder executivo no FMADCA. O Sr<sup>o</sup> Adilson Pires disse que não  
54 conhecia nenhuma proposta de destinação dos recursos do Tesouro para o FMADCA e não  
55 descartou a possibilidade destes investimentos, uma vez que não havia impedimento legal e disse  
56 que iria levar a proposta ao prefeito. A Sr<sup>a</sup> Vânia Farias, do Ballet de Santa Teresa, sugeriu que, a  
57 exemplo do que acontecia na Cidade de São Paulo, houvesse a participação ativa do secretário e  
58 do prefeito junto às empresas que estavam se instalando na cidade, bem como junto às empresas  
59 públicas e seus funcionários para divulgação do FMADCA, afim aumentar a captação dos  
60 recursos, uma vez que muitos desconheciam as possibilidades de deduções fiscais previstas na  
61 Lei. A Sr<sup>a</sup> Vânia Farias apontou que muitas entidades privadas, que prestavam serviço de  
62 relevante utilidade pública, estavam fechando por falta de apoio, e destacou que um atendimento  
63 de qualidade dependida de retaguarda. Refletiu que, em contrapartida ao investimento em infra-  
64 estrutura, crescia o número de crianças e adolescentes nas ruas, usuárias de substâncias  
65 psicoativas, portanto carecia de investimento no social para garantia de uma cidade próspera. A  
66 Sr<sup>a</sup> Marli, do Conselho Tutelar da Zona Sul, defendeu que, principalmente nas áreas de instalação  
67 de Unidade de Polícia Pacificadora -UPP, era necessário investimento governamental nas  
68 políticas públicas, não apenas ações da SMDS e projetos sociais das entidades da sociedade  
69 civil. Pontuou a dificuldade em efetivar o atendimento do conselho Tutelar pela precariedade ou  
70 falta de equipamentos e serviços e citou as Centrais de Recepção de Crianças e Adolescentes, as  
71 creches e o Programa Aluno Residente. O Sr<sup>o</sup> Adilson Pires concordou com a conselheira Marli  
72 que a cobrança do “social” nas comunidades com UPP deveria ser melhor definida, pois  
73 compreendia um conjunto de políticas públicas nas áreas de esporte e lazer, saúde, educação.  
74 Destacou os avanços no número de atendimentos de creches, a criação dos Espaços de  
75 Desenvolvimento Infantil e a Lei municipal que garantia a educação em tempo integral. A Sr<sup>a</sup>  
76 Amanda, da Fundação Xuxa Meneguel, apontou o trabalho árduo do CMDCA, através de seus  
77 grupos de trabalho, para elaboração de políticas publicas para crianças e adolescentes e  
78 questionou qual a implicação dos órgãos governamentais para implantação e efetivação dessas  
79 mesmas políticas. O Sr<sup>o</sup> Adilson Pires esclareceu que, desde que assumiu a SMDS, vinha  
80 buscando um atendimento mais humanizado, com a melhoria dos equipamentos e dos processos  
81 de trabalho, como exemplo as Casas Vivas, a reforma e qualificação dos serviços de acolhimento,  
82 as unidades de “Albergue” para pernoite da população em situação de rua e o estudo que foi  
83 realizado para levantamento quali/quantitativo desta população. A Sr<sup>a</sup> Lara, da entidade Alfazendo,  
84 apontou que era necessário melhorar a estrutura dos conselhos tutelares, garantir a agilidade nos  
85 processos dos editais financiados pelo FMADCA, pois muitas entidades desistiam de executar os  
86 projetos em função da demora, fortalecer o CMDCA e as entidades de atendimento. O Sr<sup>o</sup> Adilson  
87 Pires reconheceu as dificuldades dos conselhos tutelares e apontou que, nos quatro novos  
88 conselhos tutelares inaugurados houve a preocupação de garantir um espaço de melhor  
89 qualidade para o atendimento. O presidente Jose Pinto Monteiro propôs que o secretário  
90 assumisse o compromisso do lançamento, na assembleia de julho de 2014, do novo modelo de  
91 gestão do FMADCA, a exemplo do que era feito na prefeitura de Porto Alegre. O Sr<sup>o</sup> Adilson Pires  
92 defendeu que fosse formada uma delegação para visitar a cidade de Porto Alegre. Apontou que  
93 era necessário discutir com os demais órgãos da administração envolvidos para tratar desta  
94 questão, mas que, do ponto de vista político, o compromisso estava firmado e o CMDCA teria seu  
95 apoio. O Sr<sup>o</sup> Ernesto Braga, da Coordenadoria de Direitos Humanos, da SMDS, apontou que era  
96 necessário interlocução constante com o CMDCA para aprofundamento dos temas que são  
97 comuns aos órgãos e sugeriu tratar do conselho tutelar na próxima assembleia. Concordou que o  
98 Rio de Janeiro não vinha explorando o potencial de captação de recursos para o FMADCA e



99 destacou a importância do controle social para efetivação das políticas públicas. O presidente  
100 Jose Pinto Monteiro convidou o Srº Ernesto Braga para participar da mesa diretora de abril para  
101 tratar do conselho tutelar e estendeu o convite ao Forum DCA. **8- Deliberação de registro** - Feita  
102 inversão de pauta, a conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura da Deliberação que  
103 tratava da concessão de registros, que foi aprovada por unanimidade. **4- Deliberação de**  
104 **desistência de conveniamento das entidades CORBI e Novo Rumo Obras Sociais - Edital**  
105 **2012** - A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura das Deliberações nº 1055/2014  
106 DS/CMDCA, que tratava da desistência de conveniamento da entidade CORBI e da Deliberação  
107 nº 1056/2014 DS/CMDCA, que tratava da desistência de conveniamento da entidade Novo Rumo  
108 Obras Sociais. As deliberações foram aprovadas por unanimidade. **6- Deliberação Prestação de**  
109 **Contas – Convênios FMDCA** - A conselheira Margareth Leonardo Francisco de Castro,  
110 coordenadora da Comissão de Orçamento, esclareceu que a deliberação pretendia resolver  
111 problemas na prestação de contas, gerados pela defasagem nos valores das planilhas de custos,  
112 em função da demora no conveniamento. Assim, o CMDCA definiu que as prestações de contas  
113 dos convênios com recursos do FMADCA deveriam ser analisadas tendo como base o valor  
114 fechado de cada rubrica. A conselheira Margareth Leonardo Francisco de Castro fez a leitura da  
115 Deliberação nº 1058/14 DS/CMDCA, que foi aprovada por unanimidade. **5- Deliberação de**  
116 **alteração do Plano de Aplicação 2014** - A Srª Vânia Farias informou sobre a reunião do GT para  
117 análise do processo do Edital 2013, formado na assembleia de fevereiro, na qual se verificou a  
118 necessidade de revisão do Plano de Aplicação 2014, definindo valores para cada linha de ação do  
119 Edital 2013, com vistas a atender à exigência da Procuradoria Administrativa do Município. A  
120 conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura da Deliberação que tratava do Plano de  
121 Aplicação 2014, que foi aprovada por unanimidade. **3- GT de Implementação e Monitoramento**  
122 **do PMPI** - A Srª Amanda, da Fundação Xuxa Meneguel, apresentou o histórico da elaboração do  
123 Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, aprovado em novembro de 2013 pelo CMDCA e,  
124 conforme encaminhado na mesa diretora de março de 2014, com a presença de algumas  
125 entidades da Rede Nacional pela Primeira Infância, o CMDCA estava propondo a constituição de  
126 um novo grupo de trabalho para monitorar a implementação do PMPI. Definido que o CMDCA  
127 receberia as inscrições das entidades interessadas em participar do GT de Implementação e  
128 Monitoramento do PMPI até o dia 04/04/2014. A Srª Juliana, do CIESP, destacou a competência  
129 do CMDCA em deliberar as políticas e a necessidade de avaliar e monitorar tais políticas e  
130 solicitou a continuidade do Grupo de Trabalho de Monitoramento da Política para Crianças e  
131 Adolescentes em Situação de Rua, que não se reunia desde 2013. O presidente Jose Pinto  
132 Monteiro convidou a Srª Juliana para participar da reunião da Comissão de Políticas Públicas e  
133 tratar do assunto. **9- Apresentação de 02 vídeos Trabalho Infantil Prefeitura do Recife e**  
134 **Exploração Sexual – Polícia Rodoviária Federal** - O conselheiro Danilo Groff Filho apresentou  
135 o vídeo sobre o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes. **7- Participação de**  
136 **crianças e adolescentes nos espaços de discussão dos direitos (Resolução nº 159/2013,**  
137 **do CONANDA)** - O Presidente Jose Pinto Monteiro encaminhou para discussão do tema na  
138 assembleia de abril. **10- Informes Gerais** - A conselheira Merina Camargo informou que o Comitê  
139 dos Mega Eventos estava lançando a campanha de combate à violação de direitos de crianças e  
140 adolescentes e solicitou que todas as entidades se comprometessem na divulgação. A assistente  
141 social Eliane Coimbra, da secretaria executiva do CMDCA, informou que as entidades tinham até  
142 30 de abril para apresentarem os documentos necessários para o certificado de regularidade  
143 anual. A Srª Eliane Coimbra informou sobre a reunião do GT de Monitoramento do Plano  
144 Municipal de Medidas Sócio-educativa em Meio Aberto, dia 20 de março, às 14:00h, na sala 02 do  
145 CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova. A Srª Eliane Coimbra informou sobre o  
146 lançamento da cartilha para agentes de segurança pública, sobre o combate à exploração sexual  
147 de crianças e adolescentes, no dia 02/04/2014, às 9:00h, na sede do Ministério Público, à Rua



148 Marechal Câmara. A Sr<sup>a</sup> Vânia Farias convidou para reunião do Fórum DCA, no dia 31/03/2014,  
149 às 14:00h, na entidade Cemear, à Rua Julho Ribeiro, 370, Bonsucesso. O presidente fez a  
150 entrega de Certificados de Registro. Nada mais havendo a tratar, o presidente José Pinto  
151 Monteiro deu por encerrada a assembleia às dezessete horas e dez minutos, e a ata segue  
152 assinada pelo presidente e pelas duas secretárias, em 17 de março de 2014.

153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169

---

José Pinto Monteiro  
Presidente -CMDCA- Rio

---

Merina Camargo Aguiar  
Primeira Secretária

---

Selma Ribeiro Martins Peres  
Segunda Secretária